



**Equals Software
Participações S.A.**

Demonstração Financeira
31 de dezembro de 2023

Índice

Balanco Patrimonial	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	5
Demonstração dos Fluxos de Caixa	6
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	7

Equals Software Participações S.A.

Balço Patrimonial

31 de dezembro de 2023

(em milhares de reais)



	Nota	31/12/2023
ATIVO		
Ativo circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	6	262
Tributos a recuperar		19
Total do ativo circulante		281
Ativo não circulante		
Investimentos	8	13.134
Intangível	9	33.776
Total do ativo não circulante		46.910
Total do ativo		47.191
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Passivo não circulante		
Contas a pagar a partes relacionadas	10	320
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	613
Total do passivo não circulante		933
Patrimônio líquido		
Capital social	11.1	25.743
Reserva de capital	11.2	24.903
Prejuízo acumulado		(4.388)
Total do patrimônio líquido		46.258
Total do passivo e patrimônio líquido		47.191

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Equals Software Participações S.A.

Demonstrações do Resultado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(em milhares de reais)



	Nota	31/12/2023
Despesas administrativas	12	(150)
Prejuízo operacional		(150)
Outras receitas financeiras		2
Resultado financeiro líquido		2
Perda no investimento em controladas	8	(4.256)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social		(4.404)
Imposto de renda e contribuição social correntes	7	(72)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	88
Prejuízo do exercício		(4.388)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Equals Software Participações S.A.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023

(em milhares de reais)



	Nota	Capital social	Reserva de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 02 de janeiro de 2023		—	—	—	—
Prejuízo do exercício		—	—	(4.388)	(4.388)
Constituição de capital - cisão parcial	11.1	25.743	25.743	—	51.486
Pagamentos baseados em ações	11.2	—	358	—	358
Movimentação proveniente de acervo de cisão parcial	11.2	—	(1.198)	—	(1.198)
Saldo em 31 de dezembro de 2023		25.743	24.903	(4.388)	46.258

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Equals Software Participações S.A.

Demonstrações do Fluxo de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023

(em milhares de reais)



	Nota	31/12/2023
Prejuízo do exercício		(4.388)
Ajustes:		
Amortização	9	139
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	(88)
Equivalência patrimonial	8	4.256
Remuneração baseada em ações		(358)
		3.949
Variações nos ativos e passivos:		
Impostos a recuperar		(19)
Contas a pagar a partes relacionadas		354
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		358
Obrigações tributárias		93
Imposto de renda e contribuição social pagos		(85)
Caixa líquido das atividades operacionais		262
		262
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		262
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa		—
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	6	262
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		262

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional

A Equals Software Participações S.A. (“Companhia” ou “Equals Software”) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Doutora Ruth Cardoso, 7.221, cj. 1401, 13º andar, CEP 05425-902, constituída em 02 janeiro de 2023. Tem por objeto social a participação em outras empresas, como sócia ou acionista, no país ou no exterior.

A Companhia é uma subsidiária integral da STNE Investimentos S.A. (“STNE Invest”) e, em última instância é controlada pela StoneCo Ltd (“StoneCo”), com ações listadas na bolsa americana NASDAQ com a sigla STNE, e BDRs negociadas na B3, bolsa brasileira, com a sigla STOC31.

A emissão destas demonstrações financeiras individuais foi aprovada pela Administração em 30 de abril de 2024.

1.1. Demonstrações Consolidadas

As demonstrações financeiras não estão sendo apresentadas de forma consolidada atendendo aos dispostos no CPC 36 – Demonstrações Consolidadas, visto que a controladora final StoneCo Ltd. disponibiliza ao público suas demonstrações consolidadas.

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas de forma individual, uma vez que todos os critérios para isenção de obrigatoriedade de apresentação de demonstrações financeiras consolidadas estabelecidos pelo CPC 36 / IFRS 10 - Demonstrações Consolidadas foram atendidos, quais sejam:

- A Companhia possui como controladora final a StoneCo Ltd., a qual não fez objeção à não apresentação das demonstrações consolidadas;
- A Empresa não negocia suas ações no mercado de capitais;
- A Empresa não está em processo de arquivamento de suas demonstrações contábeis junto à Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) visando negociar suas ações no mercado de capitais;
- Sua controladora StoneCo Ltd disponibiliza ao público suas demonstrações consolidadas.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76, com as alterações das Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”).

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2023.

A elaboração das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação de políticas contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor justo de pagamentos baseado em ações, determinação da vida útil dos ativos imobilizado e intangível e redução ao valor recuperável de ativos não financeiros.

A realização dos saldos baseados em estimativas poderá ocorrer em valores diferentes dos estimados. Visando assegurar a melhor mensuração possível, a Administração da Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente, utilizando todas as informações pertinentes disponíveis na data de preparação das demonstrações financeiras.

As práticas contábeis de transações consideradas imateriais não foram incluídas nas demonstrações financeiras. Ressalte-se, ainda, que as práticas contábeis foram aplicadas de modo uniforme no exercício corrente.

As demonstrações financeiras foram preparadas em Reais (R\$), sendo esta a moeda funcional da Companhia e a moeda de apresentação.

3. Informações do Grupo

3.1. Controladas

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia incluem as seguintes controladas:

Nome da empresa	Principais atividades	Participação societária do grupo % 2023
Vitta Corretora de Seguros Ltda. ("Vitta Corretora")	Corretagem de seguros	100,00
Vitta Saúde Administradora em Benefícios Ltda. ("Vitta Saúde")	Serviços de saúde	100,00
Vitta Serviços em Saúde Ltda. ("Vitta Serviços")	Serviços de saúde	100,00
Vitta Tecnologia em Saúde S.A. ("Vitta Tecnologia")	Serviços de saúde	100,00

4. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis mais relevantes são apresentadas em cada nota explicativa da demonstração financeira. As políticas contábeis gerais, não relacionadas a assuntos tratados em nota explicativas específicas, estão apresentados abaixo.

4.1. Classificação como circulante e não circulante

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante / não circulante. Um ativo é classificado como circulante quando:

- espera-se realizá-lo ou pretenda vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal;
- for mantido principalmente para negociação;
- espera-se realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou
- é caixa ou equivalente de caixa, a menos que haja restrições quanto à sua troca ou utilização para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes.

Um passivo é classificado como circulante quando:

- espera-se liquidá-lo no ciclo operacional normal;
- for mantido principalmente para negociação;
- deve ser liquidado dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou
- não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.

A Companhia classifica todos os demais passivos como não circulante.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

4.2. Novas normas e alterações de normas e interpretações

4.2.1 Novas normas e alterações de normas e interpretações adotadas

As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2023:

- Alteração do CPC 32 – Impostos diferidos relacionados a ativos e passivos decorrentes de uma única transação: Essas alterações exigem que as empresas reconheçam o imposto diferido sobre transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a valores iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis.
- Alterações de escopo do CPC 26 e CPC 23 :Em fevereiro de 2021 o IASB emitiu alterações ao CPC 26 e ao CPC 23. As alterações visam melhorar as divulgações de políticas contábeis e ajudar os usuários das demonstrações financeiras a distinguir mudanças de estimativas contábeis e mudanças de políticas contábeis.

As alterações acima mencionadas não tiveram qualquer impacto relevante nas demonstrações financeiras da Companhia.

4.2.2 Novas normas e alterações de normas e interpretações ainda não adotadas

As normas e interpretações novas e alteradas que foram emitidas, mas ainda não vigentes, até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas a seguir. A Companhia pretende adotar essas novas normas e alterações de normas e interpretações, se aplicável, quando entrarem em vigor.

- Emendas ao CPC 26 - Classificação do passivo como circulante ou não circulante: Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações aos parágrafos 69 a 76 da IAS 1 para especificar os requisitos para classificar passivos como circulantes ou não circulantes. As alterações são efetivas para exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente.
- Emenda do CPC 02 – Falta de permutabilidade: Em 15 de agosto de 2023, o IASB emitiu a emenda 'Falta de Permutabilidade' que alterou o CPC 02. As emendas introduzem requisitos para avaliar quando uma moeda pode ser trocada por outra moeda e quando não pode. As alterações exigem que a entidade estime a taxa de câmbio à vista quando concluir que uma moeda não pode ser trocada por outra moeda. As alterações são efetivas para exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025 e devem ser aplicadas retrospectivamente.
- Alterações no CPC 03 Demonstração de Fluxos de Caixa e no CPC 40 Instrumentos Financeiros: Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações no CPC 03 Demonstração de Fluxos de Caixa e no CPC 40 Instrumentos Financeiros: Divulgações para esclarecer as características dos acordos de financiamento com fornecedores e exigir divulgações adicionais de tais acordos. As alterações visam melhorar a compreensão das características das transações de financiamento de fornecedores e incluir divulgações nas demonstrações financeiras que ajudam os usuários a compreenderem os efeitos sobre os passivos, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez da entidade.

A Companhia não espera ter qualquer impacto em suas demonstrações financeiras com a aplicação das alterações apresentadas acima.

5. Reestruturação societária

5.1. Cisão Parcial Equals S.A. x Equals Software Participações S.A

Em 02 de janeiro de 2023, a Equals S.A. (“Equals”), com a versão da parcela cindida á Companhia, a qual foi constituída em decorrência de referida cisão parcial. A parcela cindida conforme laudo de avaliação utilizado como base para operação a cisão parcial.

O quadro a seguir demonstra o valor contábil em 31 de outubro de 2022 do acervo líquido da Equals S.A.:

Ativo		Passivo e Patrimônio Líquido	
Ativo circulante		Passivo não circulante	
Contas a Receber de Clientes	1.000	Contas a pagar a partes relacionadas	967
	1.000	Passivos fiscais diferidos	661
Ativo não circulante		1.628	
Contas a receber de partes relacionadas	200		
	200		
		Patrimônio líquido	51.487
Investimento	17.999	Capital social	25.743
Intangível	33.916	Reserva de Capital	25.744
Total do ativo	53.115	Total do passivo e patrimônio líquido	53.115

A avaliação da parcela cindida da Equals foi realizada por uma empresa especializada, nos termos da Lei das S.A., que emitiu laudo de avaliação do patrimônio líquido da sociedade. A cisão parcial do acervo líquido, acarretou na constituição do capital social da Companhia.

6. Caixa e equivalentes de caixa

6.1. Políticas Contábeis

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa e aplicações financeiras, que são investimentos de curto prazo e alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, e com prazo de vencimento, na data da aquisição, igual ou inferior a 90 dias.

6.2. Composição dos saldos

	31/12/2023
Depósitos em bancos nacionais	262
Total	262

7. Imposto de renda e contribuição social

7.1. Políticas Contábeis

7.1.1. Imposto de renda e contribuição social correntes

O ativo e o passivo fiscal correntes são mensurados pelo valor que se espera que seja recuperado ou pago às autoridades fiscais. As regras fiscais utilizadas para determinar os ativos e passivos fiscais são as que estão em vigor à data do balanço nos países onde a Companhia opera e gera lucro tributável.

A alíquota combinada aplicada a todas as entidades no Brasil é de 34%, compreendendo o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (“IRPJ”) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”) sobre o lucro tributável de cada pessoa jurídica brasileira (não em base consolidada).

A Companhia reconhece o IRPJ e a CSLL pelo regime de competência. De acordo com as regras fiscais brasileiras, as empresas podem compensar o valor nominal histórico de prejuízos fiscais apurados em anos anteriores com resultados de anos subsequentes a qualquer momento (ou seja, sem limitações com relação a períodos), desde que tal compensação não exceda a 30 % do lucro tributável anual do exercício em que os prejuízos fiscais são utilizados.

Os pagamentos são efetuados mensalmente como antecipação do valor total devido até o final do ano.

7.1.2. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O ativo e o passivo fiscal diferidos são obtidos com base nas diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e o seu valor contábil em cada período. Ativos fiscais diferidos também podem ser reconhecidos sobre prejuízos fiscais não utilizados.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas na medida em que seja provável que a Companhia gere lucros tributáveis futuros que permitam sua recuperação. A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos está fundamentada em estudos técnicos elaborados pela Companhia que demonstram a expectativa de lucros tributáveis futuros de acordo com as projeções da administração.

A despesa de imposto de renda e contribuição social é reconhecida na Demonstração do resultado na rubrica Imposto de renda e contribuição social, exceto quando se refere a itens reconhecidos em outros resultados abrangentes, ocasião em que os respectivos impostos diferidos ativos ou passivos também são reconhecidos em contrapartida a outros resultados abrangentes. Neste caso, a Companhia apresenta estas rubricas na Demonstração do resultado abrangente em base líquida.

A administração avalia periodicamente as situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e constitui provisões, quando apropriado.

Os impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos no Balanço patrimonial quando existe o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos impostos correntes, geralmente quando relacionados à mesma entidade legal e à mesma jurisdição. Assim, os ativos e passivos fiscais diferidos em diferentes entidades ou em diferentes países são geralmente apresentados separadamente e não em uma base líquida.

7.2. Julgamentos, estimativas e premissas significativas

7.2.1. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Um julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base na época provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias futuras de planejamento fiscal.

7.3. Reconciliação da alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social

	<u>31/12/2023</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(4.404)
Alíquotas vigentes - %	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	1.497
Impostos diferidos não reconhecidos	(143)
Resultado de equivalência patrimonial	(1.447)
Outras diferenças permanentes	109
Imposto de renda e contribuição social	16
Taxa (%) de alíquota efetiva	0,4%
Impostos correntes	(72)
Impostos diferidos	88
Imposto de renda e contribuição social	16

7.4. Impostos diferidos

As variações líquidas do imposto de renda e contribuição social diferidos estão relacionadas ao seguinte:

Segundo a legislação tributária brasileira, diferenças temporárias e prejuízos fiscais podem ser mantidos como créditos fiscais indefinidamente. No entanto, o prejuízo fiscal pode ser utilizado apenas para compensar até 30% do lucro tributável do exercício.

	2/1/2023	Movimentação	Cisão parcial ^(a)	Adição ^(b)	31/12/2023
Ativos intangíveis e imobilizados originados em combinação de negócios	—	(88)	661	40	613
Total ativo fiscal diferido	—	(88)	661	40	613
Imposto de renda e contribuição social diferidos	—	(88)	661	40	613

^(a) Refere-se aos saldos da cisão parcial e constituição da Companhia (Nota 5).

^(b) Refere-se as movimentações entre a data do laudo de cisão e o saldo de constituição da empresa Equals Software.

8. Investimentos**8.1. Políticas Contábeis**

A Companhia contabiliza seus investimentos em participações societárias pelo método da equivalência patrimonial.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, o investimento é inicialmente reconhecido ao custo. O valor contábil do investimento é ajustado para reconhecer as alterações na participação da Companhia nos ativos líquidos da investida desde a data de aquisição.

A demonstração do resultado reflete a participação da Companhia nos resultados das operações das investidas. Qualquer alteração no VJORA dessas investidas é apresentado como parte do VJORA da Companhia. Além disso, quando houver uma mudança reconhecida diretamente no patrimônio líquido da investida, a Companhia reconhece a sua participação nas mudanças, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Ganhos e perdas não realizados resultantes de transações entre a Companhia e as investidas são eliminados na extensão da participação na investida.

O total da participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de uma investida é demonstrado na demonstração do resultado fora do resultado operacional e representa o lucro ou prejuízo após impostos e participações de não controladoras nas investidas.

As demonstrações financeiras das investidas são preparadas para o mesmo período de encerramento da Companhia. Quando necessário, são feitos ajustes para alinhar as políticas contábeis às da Companhia.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer uma perda por redução ao valor recuperável sobre o investimento em sua investida. Em cada data-base, a Companhia determina se existe evidência objetiva de que o investimento na investida está deteriorado. Se houver tal evidência, a Companhia calcula o montante da redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da coligada e o seu valor contábil e, em seguida, reconhece a perda por participação nos lucros da investida na demonstração do resultado.

Após a perda de controle sobre a investida, a Companhia avalia e reconhece o investimento residual pelo seu valor justo. Qualquer diferença entre o valor contábil da investida no momento da perda de controle, o valor justo do investimento residual e o resultado da alienação é reconhecida no resultado.

Nenhum dos investimentos apresentou restrições significativas na transferência de recursos na forma de dividendos em dinheiro ou pagamento de obrigações, durante o período reportado.

8.2. Movimentação dos investimentos

Participação	100%
Saldos em 02 de janeiro de 2023	—
Equivalência patrimonial	(4.256)
Acervo de cisão parcial (nota 5)	17.999
Movimentações ^(a)	(967)
Pagamento baseado em ações	358
Saldos em 31 de dezembro de 2023	13.134

^(a) Refere-se às movimentações entre a data do laudo de cisão parcial da Equals S.A. e o saldo de constituição do capital social da Companhia.

8.3. Informações financeiras dos investimentos

	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Resultado líquido
Controlada						
Vitta Tecnologia	2.649	36.727	26.242	—	13.134	(4.256)

9. Intangível**9.1. Políticas contábeis****9.1.1. Reconhecimento inicial**

Certos custos diretos de desenvolvimento associados a software desenvolvido internamente e aprimoramentos de software da plataforma de tecnologia do Grupo são capitalizados. Os custos capitalizados, que ocorrem após a determinação pela administração da viabilidade técnica, incluem serviços externos e custos internos de folha de pagamento. Esses custos são registrados como ativos intangíveis ao longo da fase de desenvolvimento. Os custos de pesquisa e desenvolvimento de pré-viabilidade, bem como os custos de manutenção e treinamento, são debitados ao resultado quando incorridos.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no reconhecimento inicial. O custo dos ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao seu valor justo na data da aquisição.

9.1.2. Reconhecimento subsequente

A vida útil dos ativos intangíveis é avaliada como definida ou indefinida. Em 31 de dezembro de 2023, o Grupo detém apenas ágio como ativo intangível de vida indefinida. Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados durante sua vida útil estimada pelo método linear. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados. Em ambos os casos o ativo intangível é submetido a teste de redução ao valor recuperável (“teste de impairment”) sempre que houver indícios de que o seu valor contábil pode não ser recuperado. Para ativos intangíveis com vida útil indefinida, o teste de impairment é obrigatório anualmente.

O valor contábil de um ativo intangível é composto pelo seu custo líquido de amortizações acumuladas e de eventuais perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas.

A vida útil e o método de amortização para ativos intangíveis com vida definida são revisados, no mínimo, ao final de cada exercício social ou quando identificada mudança no padrão de uso do ativo. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos são consideradas para modificar o período ou método de amortização, conforme o caso, e tratadas como mudanças de estimativas contábeis, com efeitos prospectivos.

A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida no resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

9.1.3. Teste de impairment

A Companhia efetua o teste de impairment dos ativos no escopo do CPC 01 (R1) quando (i) observa indícios de que um ativo pode ter se desvalorizado ou (ii) anualmente, sempre que a Grupo possuir ativos não prontos para uso ou ágio. Os ativos da Companhia sujeitos ao CPC 01 (R1) são ativos intangíveis (incluindo ágio) e investimentos em coligadas.

Os ativos são testados individualmente, sempre que possível, ou alocados em Unidades Geradoras de Caixa (“UGCs”) ou grupos de UGCs. Para fins de teste de impairment do ágio, o ágio é alocado a UGCs ou a grupos de UGCs, que se espera que se beneficiem das sinergias da combinação de negócios, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas UGCs ou grupos de UGCs.

O teste de impairment consiste na comparação entre (i) o valor contábil do ativo, UGC ou grupo de UGCs e (ii) o seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo, UGC ou grupo de UGCs é o maior entre (i) seu valor justo líquido de despesas de venda e (ii) o seu valor em uso. Se o valor contábil exceder o valor recuperável, uma perda por redução ao valor recuperável (“perda por impairment”) é reconhecida.

Na determinação do valor justo líquido de despesas de venda, são consideradas as transações recentes de mercado. Se nenhuma dessas transações puder ser identificada, um modelo de avaliação apropriado é usado. Esses cálculos são corroborados por múltiplos de avaliação, preços de ações cotadas para empresas de capital aberto ou outros indicadores de valor justo disponíveis. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a seu valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

Perdas por impairment de operações continuadas são reconhecidas na demonstração do resultado em categorias de despesa consistentes com a função do ativo com redução ao valor recuperável. As perdas por impairment podem ser revertidas em períodos futuros, exceto as perdas sobre ágio.

Vide Nota 9.4. para detalhes do modelo e principais premissas adotadas no teste anual de impairment do ágio.

9.2. Julgamentos, estimativas e premissas significativas

9.2.1. Vida útil do Imobilizado e Intangível

A mensuração do ativo imobilizado e do ativo intangível inclui a preparação de estimativas para determinar a vida útil destes ativos para fins de depreciação e amortização. A determinação da vida útil requer estimativas em relação aos avanços tecnológicos esperados e usos alternativos de ativos. Há um elemento significativo de julgamento envolvido em fazer suposições sobre o desenvolvimento tecnológico, uma vez que é difícil prever o momento e a natureza dos futuros avanços tecnológicos.

A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida no resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. As vidas úteis dos ativos intangíveis são demonstradas abaixo:

	<u>Vida útil estimada (anos)</u>
Relacionamento com clientes	19

Ganhos e perdas resultantes da alienação ou baixa de ativos intangíveis são mensurados como a diferença entre o valor líquido da alienação (se houver) e seu valor contábil e são reconhecidos no resultado.

9.2.2. Cálculo do valor em uso no teste de impairment

O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado (“FCD”). Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos (ou prazo maior, se apropriado) e não incluem atividades de reestruturação com as quais a Companhia ainda não esteja comprometida ou investimentos futuros significativos que melhorarão o desempenho dos ativos da UGC submetida ao teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto usada para o modelo de FCD, bem como aos fluxos de caixa esperados e à taxa de crescimento usada para fins de extrapolação. Essas estimativas são mais relevantes para o ágio reconhecido pela Companhia.

9.3. Composição dos saldos

	02/01/2023	Adições	Cisão parcial ^(a)	31/12/2023
Ágio	—	—	31.972	31.972
Relacionamento com o cliente	—	—	1.943	1.943
Custo	—	—	33.915	33.915
Relacionamento com o cliente	—	(139)	—	(139)
Amortização acumulada	—	(139)	—	(139)
Intangível de uso	—	(139)	33.915	33.776

(a) Refere-se aos saldos da cisão parcial da Equals S.A. e constituição da Companhia (Nota 5).

9.4. Teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis

Em 31 de dezembro de 2023, não havia indicativos de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis de vida indefinida.

A Companhia possui registrado o valor de R\$ 31.972 referente a ágio. Este saldo, sujeito ao teste de recuperabilidade de ativos, foi testado pela StoneCo (controladora final da Companhia) dado que é o nível em que a administração monitora os saldos de ágio, em uma unidade UGC denominada “Empresas de soluções financeiras” na qual os saldos da Companhia foram alocados.

O teste anual de redução ao valor recuperável em 31 de outubro de 2023 (2022 – 30 de novembro), não resultou na necessidade de reconhecer perdas por redução ao valor recuperável sobre o valor contábil da UGC mencionada acima. A partir de 2023, a data do teste anual obrigatório de redução ao valor recuperável para ágio e ativos intangíveis de vida útil indefinida foi alterada de 30 de novembro para 31 de outubro, a fim de melhor alinhar a data com o momento do ciclo de orçamento e previsão financeira do Grupo StoneCo e para permitir mais tempo a partir da data do teste até a data de aprovação das demonstrações financeiras.

O valor recuperável da UGC do Grupo em 31 de outubro de 2023 e 30 de novembro de 2022 foi determinado com base no cálculo do valor em uso considerando projeções de fluxo de caixa de orçamentos financeiros aprovados pela diretoria do Grupo StoneCo, cobrindo um período de 5 anos em 2023 e 2022.

As principais premissas utilizadas no cálculo do valor em uso foram as seguintes:

- Fluxo de caixa livre médio para patrimônio no período de 5 anos.
- Taxa média de crescimento anual ao longo do período de projeções de 5 anos, com base no desempenho passado, nas expectativas da administração sobre o desenvolvimento do mercado e nas tendências atuais do setor, incluindo inflação de longo prazo esperada.
- Considerada uma taxa de desconto antes dos impostos aplicada para descontar fluxos de caixa futuros de 13,8% (2022 – entre 14,4%), com base na taxa de juros de longo prazo, prêmio pelo risco-país, beta ajustado da indústria e outras variáveis.
- Considerada uma taxa de crescimento na perpetuidade de 6,0% (2022 – entre 6,0%), com base na inflação local de longo prazo e no crescimento real esperado.

O Grupo StoneCo realizou uma análise de sensibilidade do teste de recuperabilidade de ativos considerando cenários independentes de deterioração das principais premissas, quais sejam: (i) aumento de 1 ponto percentual na taxa de desconto antes de impostos; (ii) redução de 0,5 ponto percentual na taxa de perpetuidade aplicada após o último ano de fluxo de caixa livre projetado; (iii) redução de 10 pontos percentuais no crescimento médio anual do fluxo de caixa livre ao longo do período projetado de cinco anos; e (iv) redução de 10% no valor das sinergias esperadas entre empresas do segmento financeiro componentes do grupo econômico controlado pela StoneCo (controladora final da Companhia) e o segmento software. A análise de sensibilidade não resultaria em perda por redução ao valor recuperável dos valores contábeis da UGC na qual a Companhia foi alocada.

10. Transações com partes relacionadas

As partes relacionadas compreendem as empresas controladoras e coligadas, acionistas, pessoal-chave da administração e quaisquer negócios que são controlados, direta ou indiretamente, pelos acionistas e conselheiros sobre os quais exercem influência significativa.

As transações com partes relacionadas foram contratadas a taxas compatíveis com as praticadas com terceiros, vigentes nas datas das transações, levando-se em consideração a redução de risco. Os saldos em aberto no encerramento do período não têm garantias, não estão sujeitos a juros e são liquidados em dinheiro. Não houve garantias prestadas ou recebidas em relação a quaisquer contas a receber ou a pagar envolvendo partes relacionadas.

Os saldos a pagar com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

Passivos	31/12/2023
STNE Invest	320
Contas a pagar de partes relacionadas	320

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo está composto substancialmente por saldo de reembolso, originados por rateios de despesas devidas para empresas do mesmo grupo.

11. Patrimônio Líquido**11.1. Capital Social**

Em 31 de dezembro de 2023, o capital social era de R\$ 25.743 e estava dividido em 25.743.301 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, subscritas e totalmente integralizadas, distribuídas entre os acionistas como segue:

Acionistas	31/12/2023			Quantidade de ações
	País sede	Participação %	Ações	
STNE Investimentos S.A.	Brasil	100%	Ordinárias	25.743.301
Total de ações		100 %		25.743.301

Em 2023 não houve movimentação no capital social e emissão ou cancelamento na quantidade de ações da Companhia.

11.2. Reserva de capital

Em 02 de janeiro de 2023, a Companhia constituiu uma reserva de capital no montante de R\$ 25.743 para a reserva de capital, um montante de R\$ 358 para a distribuição de remunerações baseadas em ações e R\$ (1.198) decorrente de movimentação proveniente de acervo de cisão parcial da Equals S.A. e constituição da Companhia (Nota 5).

12. Despesas administrativas

	31/12/2023
Amortização	(139)
Outros	(11)
Total	(150)

13. Instrumentos financeiros

13.1. Política contábil

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro para uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

13.2. Ativos financeiros

13.2.1. Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) ou ao valor justo por meio do resultado (“VJR”).

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. Exceto para contas a receber que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro que não é a VJR. Contas a receber que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático são mensuradas ao preço de transação determinado de acordo com o CPC 47 / IFRS 15 – Receita de Contrato com Cliente.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado ao custo amortizado ou VJORA, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “somente pagamentos de principal e juros” (“SPPJ”) sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é chamada de teste de SPPJ e é executada a nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam SPPJ são classificados e mensurados ao VJR, independentemente do modelo de negócios.

O modelo de negócios da Companhia se refere a como seus ativos financeiros são gerenciados para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão do recebimento de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais, enquanto os ativos financeiros classificados e mensurados ao VJORA são mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo é de ambos, receber fluxos de caixa contratuais e da venda de ativos financeiros.

Ativos financeiros ao VJR incluem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao VJR, ou ativos financeiros obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Instrumentos financeiros derivativos, incluindo derivativos embutidos separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes. Não obstante os critérios para os instrumentos de dívida serem classificados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, os instrumentos de dívida podem ser designados ao VJR no reconhecimento inicial, caso isso elimine ou reduza significativamente um descasamento contábil.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo definido pela regulamentação ou prática de mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data de negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

13.2.2. Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, ativos financeiros são classificados em quatro categorias, conforme descrito a seguir:

13.2.3. Ativo financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívidas)

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método da taxa efetiva de juros e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou reduzido ao valor recuperável.

Os ativos financeiros ao custo amortizado incluem as Aplicações financeiras.

13.2.4. Ativo financeiros a VJORA com reciclagem dos ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívidas)

Para os instrumentos de dívida ao VJORA, a receita de juros, variação cambial e as perdas ou reversões por redução ao valor recuperável são reconhecidos na demonstração do resultado, de forma semelhante aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. As alterações restantes no justo valor são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento da baixa, a variação do valor justo acumulada reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para o resultado.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possuía ativos financeiros classificados nesta categoria.

13.2.5. Ativos financeiros ao VJORA sem reciclagem dos ganhos e perdas acumulados (instrumentos patrimoniais)

Após o reconhecimento inicial, a Companhia pode optar por classificar irrevogavelmente seus investimentos em ações como instrumentos patrimoniais designados ao VJORA quando eles satisfazem a definição de patrimônio nos termos do CPC 39 / IAS 32 - Instrumentos Financeiros: Apresentação e não são mantidos para negociação. A classificação é determinada com base em cada instrumento patrimonial.

Ganhos e perdas sobre esses ativos financeiros nunca são reclassificados para o resultado. Os dividendos são reconhecidos como outras receitas na demonstração do resultado quando o direito de pagamento é estabelecido, exceto quando a Companhia se beneficia de tais resultados como uma recuperação de parte do custo do ativo financeiro, caso em que esses ganhos são registrados em outros resultados abrangentes. Instrumentos patrimoniais designados ao VJORA não são sujeitos ao teste de redução ao valor recuperável.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possuía ativos financeiros classificados nesta categoria.

13.2.6. Ativos financeiros ao VJR

Ativos financeiros ao VJR são apresentados no balanço patrimonial ao valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possuía ativos financeiros classificados nesta categoria.

13.2.7. Baixa

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo tiverem expirado; ou
- A Companhia transferir seus direitos contratuais de receber fluxos de caixa do ativo ou assumir uma obrigação contratual de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso relevante a um terceiro nos termos de um contrato de repasse; e (i) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando a Companhia transfere seus direitos contratuais de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento contínuo. Neste caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia.

O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre o valor contábil original do ativo e o valor máximo da contraprestação recebida que a Companhia pode ser obrigado a restituir.

13.2.8. Perda por redução ao valor recuperável (“impairment”) de ativos financeiros

A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não mantidos ao VJR. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma taxa que se aproxime da taxa efetiva de juros original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluem fluxos de caixa da venda de garantias mantidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

A Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas, portanto, a Companhia não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece as perdas com base em perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, em uma matriz de provisão e em dias de atraso, em cada data-base.

A Companhia aplica a abordagem simplificada para as Contas a receber de clientes.

13.3. Passivos financeiros

13.3.1. Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao VJR, custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme o caso.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo e, no caso de custo amortizado, líquidos dos custos de transação que lhes são diretamente atribuíveis.

Os passivos financeiros da Companhia incluem Contas a pagar a partes relacionadas.

13.3.2. Mensuração subsequente

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito a seguir:

13.3.3. Passivos financeiros ao VJR

Os passivos financeiros ao VJR podem incluir passivos financeiros mantidos para negociação, contraprestação contingente originada em combinações de negócios e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial como ao VJR.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos com o objetivo de recompra no curto prazo. Esta categoria também pode incluir instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não são designados como instrumentos de hedge em relacionamentos de hedge, conforme definido pelo CPC 48 / IFRS 9 – Instrumentos Financeiros. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge efetivos.

Ganhos ou perdas em passivos mantidos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao VJR são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 / IFRS 9 forem atendidos.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possuía passivos financeiros classificados nesta categoria.

13.3.4. Passivos financeiros ao custo amortizado

Após o reconhecimento inicial, passivos financeiros classificados nesta categoria são mensurados subsequentemente ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa efetiva de juros. Os juros calculados pelo método da taxa efetiva de juros são reconhecidos como despesa financeira na demonstração do resultado.

Essa categoria inclui Contas a pagar a partes relacionadas.

13.3.5. Baixa

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sobre o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como a baixa do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

13.3.6. Valor justo de instrumentos financeiros

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago para transferir um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data da mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorra:

- No mercado principal do ativo ou passivo; ou
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou passivo.

O mercado principal ou o mercado mais vantajoso deve ser acessível pelo Grupo.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado usando as premissas que os participantes do mercado usariam ao precificar o ativo ou passivo, assumindo que os participantes do mercado atuem no seu melhor interesse econômico.

A Companhia utiliza técnicas de avaliação adequadas às circunstâncias e para as quais existem dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo é mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são classificados na hierarquia de valor justo, descrita a seguir, com base nos dados de nível mais baixo que sejam significativos para a mensuração do valor justo como um todo:

A Companhia utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

- Nível I: preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível II: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e
- Nível III: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se houve transferências entre níveis na hierarquia reavaliando a categorização (com base nos dados de nível mais baixo que sejam significativos para a mensuração do valor justo como um todo) a cada data-base.

13.4. Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal atualmente exequível de compensação dos valores reconhecidos e houver a intenção de liquidar em bases líquidas, ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possui instrumentos financeiros que tenham alcançado as condições para reconhecimento em bases líquidas.